

Campus

ATESTADOS FALSOS SÃO VENDIDOS NO CONIC

Ambulantes intermediam negociação ilícita de atestados médicos no Setor de Diversões Sul. O “documento” é carimbado e assinado com nome de médico da Secretaria de Saúde do GDF | **página 8**

CULTURA

ACERVO ESTACIONADO

Museu do Automóvel, lacrado desde 2012 pelo Ministério dos Transportes, ainda guarda raridades

5

UNIVERSIDADE

A GOTA D'ÁGUA

Piscinas do Centro Olímpico da UnB funcionam normalmente mesmo com problemas estruturais

12

CIÊNCIA

AMORES INIBIDOS

Medicamentos que controlam sentimentos podem ser solução para relacionamentos fracassados

15

PERFIL

Eduardo Carvalho



Vendedor no Gama há 28 anos, palhaço Pirulito é personalidade forte da cidade

MÚSICA CONFORTA PACIENTES NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

6

Carta do Editor

Olhares aguçados e esforço de reportagem são capazes de encontrar mina de ouro para a produção jornalística. Ouro este que é vendido em forma de atestados médicos ilegais a qualquer um que passe em frente ao Conic (8 e 9). Mergulhando mais a fundo, percebemos que situações aparentemente perfeitas camuflam graves infrações. É o caso das lindas piscinas olímpicas da UnB que escondem problemas estruturais não resolvidos mesmo com as reformas recentes (12 e 13).

Denunciar é um modo de exigir melhorias sociais. Por isso, insistimos em botar a boca no trombone. E também ouvir sax, guitarra, teclado. A música é capaz de despertar diversos sentimentos. A banda Jazzplore aproveita os efeitos positivos do som para trazer alívio e alegria aos pacientes de câncer nos hospitais (6). Já para as torcidas organizadas no Distrito Federal, o ritmo e batuque dos hinos, entoados a uma só voz, aproximam pessoas movidas

pela paixão ao futebol (14).

Amor não só pelo time, mas pelo trabalho. O palhaço Pirulito faz a alegria da criança durante suas vendas. Ele, que já foi capa de livro e é ícone na cidade do Gama interessa-se por mais uns 15 minutos de fama. Porém, acima do gosto pelo estrelato, está o amor pelo personagem (7).

A paixão, no entanto, pode ser doentia. Mas, quem nunca ouviu falar que para tudo na vida há um remédio? Até mesmo para relacionamentos frustrados existem medicamentos que buscam curar um coração partido (15).

Bem ou mal, todos são cercados pelo sentimento. Nós do **Campus** somos movidos pela paixão sempre instigante do fazer jornalístico, tendo a certeza da contribuição social e também pessoal. E, para nós, não há melhor remédio do que ver o leitor com nossa produção em mãos. A você, boa leitura!

Bruna Lima
editora-chefe

Memória

Na edição 320 do **Campus**, de 2007, a matéria de capa falava sobre a venda de diplomas falsos. O repórter Gabriel Castro contou como alunos do Ensino Médio, na época, recorriam a escolas de comercialização de diplomas, que não exigiam qualquer tipo de avaliação. O público-alvo desse "serviço", geralmente, eram aprovados no

vestibular ou recém-contratados em cargos que exigem segundo grau completo.

Esta edição do **Campus** dá destaque a um problema similar: a venda de atestados médicos falsos. Nas páginas 8 e 9, nossa equipe mostra como é fácil conseguir um atestado falso em frente ao Conic e as implicações jurídicas de quem participa desta comercialização ilegal.



What the foca?

Marília Nestor



Repórter Vitor Sales em apuração com a professora Ângela Bandeira, no Centro de Ensino Fundamental 1 do Gama

Ombudskivinna

*Termo sueco que significa "provedor da justiça", discute a produção dos jornalistas sob a perspectiva do leitor.

A maior alegria ao começar esta análise é saber que o trabalho de pesquisa, apuração e escrita das pautas tem servido de referência para outros meios de comunicação.

A matéria *Som-guia* foi base para uma reportagem no jornal DF Record. Esse é o desafio que vocês devem conquistar, o de pautar grandes mídias. A edição 417 do **Campus** é reflexo de uma maturidade que vem sendo conquistada a cada edição. Sair da zona de conforto, escolher temas atuais, desenvolver uma escrita com esmero fazem com que o leitor tenha vontade de devorar cada trecho.

O til deslocado continuou. Tomem cuidado com os detalhes. Quanto às fotografias, o que parecia sem solução começou a dar sinais de recuperação e trouxe uma qualidade bem melhor nesta edição. Ao abandonarem os bonecos, a equipe conseguiu afastar a ideia de que fotografia é para tapar buraco. O mesmo vale para a fotoreportagem que, pela segunda vez, cumpriu sua função e não precisou ser explicada pelas legendas.

O importante, no processo, é perceber que a turma começa a construir um jornal com mais qualidade e atraente para o público. Mas a diversidade

de de leitores não é desculpa para usar construções ou palavras pobres. Escolham as melhores, para que os textos sejam informativos, sem perderem o poder de combinação rica que elas permitem.

Não deixem de fazer as denúncias com profundidade. Textos densos e com complementos certos devem ser o desafio de vocês ao proporem uma pauta e a transformarem em matérias, bem escritas, bem revisadas e com excelentes fotografias.

Karla Beatriz Barbosa
aluna do 7º semestre de jornalismo da UnB

Campus

Jornal-laboratório da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília

Editora-chefe: Bruna Lima

Secretária de redação: Juliana Perissé

Editores: Beatriz Pataro, Gláucia Machado, Luiza Garonce, Mayara Subtil, Melina Fleury, Tamara Montijo

Repórteres: Carolyne Cardoso, Eduardo Carvalho, Gustavo Schuabb, Isabella Campedelli, Ivana Carolina, Jamile Racanicci, Julia Lugon, Lucas Ludgero, Luisa Marini, Mariana Machado, Rudá Moreira, Tainá

Andrade e Vitor Sales

Diretor de arte e foto: Walter Carlos

Fotógrafos: Breno Damascena, Carolyn Paiva, Marília Nestor e Nara Menezes

Diagramadores: Beatriz Pataro, Gláucia Machado, Luiza Garonce, Mayara Subtil, Melina Fleury, Tamara Montijo

Projeto Gráfico: Breno Damascena, Bruna Lima, Isabella Campedelli, Lucas Ludgero e Rudá Moreira

Professores: Sérgio de Sá e Ana Carolina Kalume

Jornalista: José Luiz Silva

Monitores: Isabela Resende e Jéssica Martins

Gráfica: Colorprint

Tiragem: 4 mil exemplares

Contato: 61 3107-6498 / 6501

Endereço: Universidade de Brasília, campus universitário Darcy Ribeiro, s/n, Asa Norte, Brasília/DF. Faculdade de Comunicação, Instituto Central de Ciências - Ala Norte | CEP: 70 910-900

campus
ONLINE



Acesse o
Campus Online
pelo leitor de
QR Code do seu
smartphone ou
tablet

www.campus.fac.unb.br

EDUCAÇÃO

COMO VAI VOCÊ?

Após casos de suicídios, alunos recebem apoio emocional de voluntários do Centro de Valorização da Vida

Eduardo Carvalho

Em março deste ano, o suicídio de um estudante do Centro de Ensino Fundamental Dra. Zilda Arns, no Itapoã, surpreendeu alunos e professores. Na mesma semana, ocorreram outros três casos semelhantes. A esposa de um professor, um ex-vigilante e uma professora da regional de ensino também morreram da mesma forma. A partir disso, a direção da escola resolveu abordar o assunto com estudantes e educadores, além de desenvolver orientações individuais na tentativa de prevenir a prática.

Na busca por apoio, a direção da escola se deparou com o trabalho desenvolvido pelo Centro de Valorização da Vida (CVV), entidade sem fins lucrativos que previne o suicídio.

De acordo com a vice diretora da escola, Zulmira Castro, a intenção inicial era desenvolver um trabalho pontual, em que o tema fosse tratado com as turmas e os professores. “A gente buscou ajuda porque a situação estava insustentável, as mortes causaram um sentimento muito pesado, tanto no grupo de professores, quanto nos alunos. A gente apenas se olhava, ficava engasgado, não falava nada e chorava”, conta. Entretanto, a ação emergencial se tornou duradoura e, desde março, vigora na escola. “Eles próprios do CVV nos sugeriram suporte por mais tempo, que está durando até agora”, afirma a vice diretora.

Os alunos que demonstram ter problemas de concentração, irritação ou indícios de depressão são indicados



Estudantes do Centro de Ensino Fundamental Dra. Zilda Arns recebem ajuda emocional por meio de conversas semanais

pela direção a conversar com o voluntário do CVV. Dessa forma, às segundas e sextas-feiras, a sala de apoio psicopedagógico da escola se transforma em uma sala de “apoio emocional”, assim denominada pela coordenadora Fabíola Gonzaga. Ela ressalta a necessidade dessas conversas para os estudantes. “Esses alunos possuem dificuldades, a gente nota meninas com pensamentos suicidas e que se auto-mutilam. A incidência é grande destes casos.”

A voluntária Tânia Zeredo é responsável pelos diálogos das tardes de sexta-feira na escola do Itapoã. Quando conversa

com alunos, ela utiliza o método humanista de aproximação, por meio do qual os alunos são ouvidos e estimulados a desabafar. “Eles vêm com vontade de falar, a escola só nos auxilia

“Conversar me fez poder compreender algumas coisas à minha volta”

Janaína Pereira, 14 anos

na identificação dos casos e a partir disso, a gente faz uma abordagem que tem se mostrado eficiente para a realidade deles”, conta.

O registro de ocorrências de brigas e desentendimentos entre os estudantes é constante. “Nossa demanda é muito grande, nós temos 800 alunos

em cada turno, e ainda, diante das nossas necessidades, indicamos não só os alunos como a família”, afirma a vice diretora, que acabara de intervir em um caso de bullying entre dois estudantes que resultou em briga na sala de aula. Mesmo assim, ela nota diferença no comportamento dos estudantes e se emociona ao falar da mudança. “Já melhorou tanto que eu não tenho como não acreditar que é influência do CVV, e eu sei que os alunos estão gostando porque eles vêm nos agradecer.”

Janaína Pereira, de 14 anos, foi a única de sua turma a ter uma conversa com o voluntário do CVV. Mesmo tímida, a

estudante da oitava série deseja que os alunos tenham mais espaço para serem ouvidos, pois assim, aquilo que ela chama de “os probleminhas” tendem a desaparecer. “Conversar me fez poder compreender algumas coisas à minha volta e algumas coisas que eu sentia.”

PREVENÇÃO

Além de desenvolver ações preventivas no Itapoã, o CVV atua na Casa do Ceará, na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Sobradinho e da Asa Norte, e na casa Maria Madalena, no Núcleo Bandeirante. Entretanto, o posto fixo do centro está localizado no edifício Brasília Radio Center, na Asa Norte. Os responsáveis realizam atendimentos por telefone e pessoalmente. A entidade possui outros 41 postos pelo Brasil e é sustentada por doações e pelos voluntários que se revezam em plantões diários.

Eduardo Ossege é um destes voluntários. Atuante desde 1982, apenas três anos após a chegada do centro a Brasília, ele atende às chamadas diárias de pessoas que pensam em tirar a vida e realiza treinamento de novos voluntários. De acordo com ele, lidar com esses casos requer atenção especial a quem está do outro lado da linha. “Devemos sempre tentar entender o que se passa com as pessoas em termos de sentimentos, que podem ser positivos ou negativos, e dar uma resposta compreensiva.” A abordagem é a mesma aplicada nas conversas com alunos da escola no Itapoã. ■

Carolyna Paiva

EMPREENDEDORISMO

NOTÍCIAS POR CONVENIÊNCIA

Jornaleiros reinventam antigas bancas de revista e fornecem mercadorias diversas para não fechar as portas

Carolyne Cardoso

Diante da concorrência da internet e de outros pontos que comercializam jornais e revistas como padarias e supermercados, os jornaleiros da Asa Norte e da Asa Sul utilizam a criatividade para conquistar clientes e manter as 200 bancas funcionando. Hélio Lacerda, um desses proprietários pretende oferecer música ao vivo a fim de cativar as pessoas que circulam pela W3 Sul. Lacerda acredita que a atração cultural aumentará o fluxo de consumidores da Banca dos Concursos, local que vende periódicos e material de estudo para os que almejam uma vaga na carreira pública.

Além de utilizarem alternativas que chamam a atenção dos clientes, os jornaleiros aproveitam a lei distrital que regulamenta o serviço das bancas e permite, desde que não ocupe mais de 30% do espaço, a comercialização de diversos artigos como cigarros, comida, itens de papelaria de pequeno porte e autoriza a prestação de serviços de xerox e impressão de fotografia. Uma pesquisa inédita sobre o perfil das bancas de jornal no Brasil, feita pela empresa ToolboxTm, em 2010, já revelava esse comércio como um novo canal de conveniência no país. Dos 3.352 estabelecimentos visitados, 68% forneciam gomas e confeitos, 52% vendiam bebidas refrigeradas e 12% realizavam serviço de fotocópia.

O negócio de Hamilton Galvão representa esse novo canal. Além de jornais e revistas, o local vende produtos *in natura* como arroz, feijão, leite, doces, bebidas e serviços de xerox. Para o jornaleiro, a venda de outros artigos é fundamen-



Além do convencional, a banca Anchieta oferece outros produtos e serviços para atender público local



Jornaleiro há 26 anos, Hélio Andrade mostra as revistas antigas que são comercializadas no lugar

tal para a permanência do empreendimento. “O segmento de bancas está se perdendo, porque temos a internet e todo lugar que você vai, encontra jornais e revistas: no mercado, farmácia e posto de gasolina. Isso enfraqueceu o setor. Surgiu a necessidade de ter uma conveniência e diversificar os produtos.”

Em 2012, Galvão abriu a Nossa Banca, motivado pelos baixos custos de manutenção do empreendimento: os jornaleiros recebem uma permissão, com validade de 10 anos, para utilizar o espaço público e desembolsam uma taxa mensal, que varia nas Regiões Administrativas, de R\$ 5 a R\$ 10, por metro quadrado de

ocupação do espaço.

Apesar da tarifa barata, o jornaleiro Hélio Andrade relata certa dificuldade de sustentar o estabelecimento com a venda de periódicos. Doces, salgadinhos industrializados e bebidas refrigeradas são responsáveis pela sobrevivência do negócio e dividem espaço com centenas de revistas antigas que preenchem as paredes da Banca Nova Era. O dono admite que “coincidentemente, o nome da banca é muito sugestivo para a atualidade”. Por 26 anos, Andrade trabalhou com revistas e jornais novos, mas, em 2007, decidiu fornecer tais artigos usados já que poucas pessoas os comercializavam. No entanto, as vendas caíram e passou a fornecer produtos de conveniência para não fechar as portas.

Em Brasília, as bancas traçam o mesmo caminho dos jornais impressos: se adaptam aos novos consumidores. A Banca Anchieta é outro exemplo, que precisou reformular o negócio para não ter prejuízos, após vender apenas periódicos por duas décadas. Há seis anos, Silvana Araújo fez uma pesquisa de mercado com o objetivo de mapear o que os frequentadores da região precisavam e realizou mudanças no estabelecimento fundado pelo pai. Araújo acredita que os jornaleiros devem entender as necessidades dos consumidores locais. “Cada banca tem um público alvo diferente, apesar de ser o mesmo tipo de comércio. No meu caso, meu comércio tem muito banco e pessoas do hospital que têm a necessidade de um serviço diferenciado”. Para satisfazer

a demanda identificada pelo levantamento, o local oferece lanches industrializados, *lan house*, xerox, impressão, plastificação de documentos, livros e material de informática.

Para as bancas prosperarem, a analista do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Valéria Bilhão, recomenda que os jornaleiros façam pesquisas com os clientes e observem o que os concorrentes fazem de diferente. Bilhão alerta que a estratégia de oferecer produtos e serviços diversificados pode ser uma boa alternativa, desde que haja planejamento prévio. “O empreendedor tem que criar uma estrutura interna, planejar, saber o impacto disso na empresa dele e depois agregar novos produtos ou serviços.”

AS GRANDES CONCORRENTES

As bancas de jornal possuem duas concorrentes de peso: as novas tecnologias e a assinatura dos periódicos impressos. A Associação Nacional de Jornais divulgou que, em 2013, foram feitas 27.1100 assinaturas de jornal via aplicativo de celular, o que representa um aumento de 213% nas vendas nesse dispositivo comparadas ao ano de 2005. Os que não abrem mão de tocar o papel dos periódicos podem recebê-los em casa, além de ganhar brindes, promoções e participar de programas de fidelidade. Segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), no ano passado, 51,3% das vendas dos jornais diários correspondiam a assinaturas.

CULTURA

ENTRADA PROIBIDA

Fechado desde 2012, o Museu do Automóvel ainda não vê solução para reabrir as portas ao público

Mariana Machado

Fotos: Breno Damascena

O Museu Nacional do Automóvel de Brasília parece estar parado em um engarrafamento judicial: buzina irritado com a demora, mas de nada adianta para seguir em frente. Em outras palavras, o museu está inacessível ao público desde 2012, quando foi lacrado por ordem judicial. Lá dentro, veículos que são raridade, alguns, únicos no mundo, como é o caso do Democrata, feito pela Indústria brasileira de automóveis Presidente e o Capeta, da Willys, além da maior biblioteca especializada em automobilismo do país.

Em 2010, o Ministério dos Transportes pediu a desocupação do prédio onde funcionava o museu para armazenar documentos. Roberto Nasser, presidente da Fundação Memória dos Transportes e curador do museu, entrou com recursos e pedidos na justiça para manter o local funcionando, mas não teve sucesso e, em setembro de 2012, o museu foi oficialmente lacrado. Desde então, o caso está sub judice.

Roberto Nasser não conseguiu impedir que o museu fosse fechado,

mas por outro lado, o acervo não foi retirado do local e, assim sendo, o prédio não recebeu os arquivos do Ministério dos Transportes. O curador conta que a remoção do acervo não seria algo comum, pois não é simples transportar veículos raros. Ele conseguiu permissão para fazer a limpeza e manutenção do acervo duas vezes por semana, para que não haja deterioração causada pelo tempo. “O museu está fechado, mas está vivo. Não se fecha uma instituição passando a chave na porta”, justifica o curador.

Poucas coisas foram retiradas do museu. Apenas alguns colecionadores decidiram retirar suas peças e veículos, alegando segurança. Os itens sob a gestão da Fundação Memória dos Transportes permaneceram dentro do prédio. A biblioteca também permanece no prédio, mas nada pode ser acrescentado a ela. A lacração do museu permite que itens sejam retirados, mas nada pode ser acrescentado.

A assessoria do Ministério dos Transportes diz precisar do prédio para preservação de documentos e para uso no programa Passe Livre, que propõe a inclusão e mobilidade de pessoas carentes e com deficiência.

Segundo o Ministério, não há interesse em fechar o museu e acusa o curador de não indicar um novo local para o acervo. “O curador do Museu do automóvel não demonstrou, administrativa ou judicialmente, empenho em indicar outro local para a guarda e conserva-



Há dois anos fechado, espaço destinado ao Museu Nacional do Automóvel ainda conta com raridades inacessíveis ao público

ção de seu acervo. Assim, a atual interdição do Museu é de inteira responsabilidade da administração e da gestão do próprio local.”

Além do curador, clubes de adoradores do automobilismo abraçaram a causa do museu, na tentativa de salvá-lo. O VW Boxer Brasília, um clube de amantes de Volkswagen organizou uma petição online e chegou a recolher mais de 8.000 assinaturas de pessoas contra o fechamento do museu. Túlio Lazarini, criador da petição, conta que as assinaturas foram levadas à Secretaria de Patrimônio da União, além de tentar um entendimento com o GDF. Ele conta que sugeriram manter o museu no local que estava e usar um espaço na antiga rodoferroviária, como depósito para os documentos do Ministério do Transporte. Entretanto, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) não cedeu e as

negociações não avançaram.

Até que se realoque o acervo do museu, o prédio no eixo monumental fica ocioso, pois nem o museu abre as portas para o público e nem o Ministério dos Transportes o utiliza como depósito. Quando acusado de obstaculizar a justiça, Roberto Nasser respondeu ao juiz do caso que não desistiria da causa. “Eu utilizarei todos os recursos lícitos para permanecer ali, porque eu acredito na seriedade da minha causa. Socialmente, o museu é mais importante do que um depósito de papeis.” Nasser também se nega a vender o acervo. “Eu demorei muito tempo para juntar isso. Alguns automóveis são exclusividade no mundo.”

O curador diz que, quando aberto, o Museu do Automóvel recebia cerca de 12.500 visitantes por mês. Além disso, realizava cursos e palestras organizadas pela Fundação, como o curso de mecânica

para mulheres, que teve seis edições. Hoje, a Fundação não tem mais condições de organizar os cursos, devido à falta de espaço.

Túlio Lazarini diz não ter mais esperanças de que o museu reabra um dia. “Depois de todo o esforço que a gente fez e todo o desdém com o qual o assunto foi tratado por todos os órgãos, eu acredito que não há interesse do poder público em disponibilizar uma nova área para a gente fazer um Museu do Automóvel aqui em Brasília.”

Roberto Nasser entrou em contato com Rogério Rosso, quando este ainda era governador, e foi sugerido um convênio com a Secretaria de Turismo do DF para que o museu ocupasse parte do centro de exposições, no parque da cidade. Com a mudança de governo, o convênio não foi fechado, mas Nasser espera que essa seja a solução para a reabertura do museu. 



Capeta, da Willys, é uma das raridades do museu

TERAPIA

SAÚDE QUE VEM DA MÚSICA

Apesar da dolorosa rotina de tratamento, pacientes do Hospital Universitário veem no som a esperança em forma de melodia

Luisa Marini

Mayara Subtil

Tinha tudo para ser mais uma monótona manhã quente e seca de outubro. Mas os pacientes de quimioterapia do Hospital Universitário de Brasília (HUB) foram alegrados pela apresentação da Jazzplore, banda formada por universitários que levou distração e leveza à dolorosa rotina de medicamentos e injeções. A experiência, que pode trazer benefícios na recuperação dos pacientes, tem sido recorrente nos recintos do HUB.

A performance, que aconteceu no dia 15 de outubro, tinha tons de estreia. A iniciativa, criada por Julia Campos, 22 anos, estudante de Direito e Filosofia, levou a Jazzplore para apresentar o trabalho em um hospital. “A gente está acostumado a tocar em bar e festa com a galera sempre muito animada. Tocar no hospital foi algo completamente diferente, mas que nos fez muito bem. Saí de lá renovado”, conta Igor Krieger, o baterista. Foi novidade também



Banda Jazzplore se apresenta no prédio da oncologia do Hospital Universitário (HUB), levando conforto aos pacientes enquanto eram medicados

para Julia, que realizava um desejo antigo. “É uma maneira de contribuir um pouco com as pessoas que estão passando por um momento extremamente difícil e doloroso.”

Durante o show, os pacientes balançavam a cabeça

e mexiam os pés ao ritmo do som do jazz. Quando a banda perguntou o que a plateia queria ouvir, uma paciente logo respondeu: “uma música alegre. Chega de tristeza”.

E foram melodias animadas que levantaram o astral do ambiente e conduziram a banda durante os 40 minutos de apresentação. “Foi espetacular”, comenta Maria Nazarete Feitosa, que começou seu tratamento em setembro e, como vai só às quintas-feiras, nunca tinha visto uma banda se apresentar no hospital.

Quase todas as sextas-feiras, o músico Alan Cruz, do projeto Remédio Musical, costuma cantar para os pacientes do HUB. Além disso, o coral do Tribunal Regional Federal (TRF), que faz apresentações natalinas em vários hospitais de Brasília, canta também no

HUB sempre nos finais de ano.

O médico radioterapeuta Marcos Santos, chefe do Centro de Alta Complexidade em Oncologia do HUB, acreditava que a música não ajudava em nada aos pacientes e confiava exclusivamente na quimioterapia e radioterapia. “Mas é preciso dar o tratamento completo ao paciente, em que a gente inclua o cuidado com o psicológico e o estresse do doente”, explica. O médico reconhece o trabalho de qualidade que os músicos trazem aos recintos do hospital.

O técnico de enfermagem do Hospital Universitário Aldair Gomes conta que as apresentações musicais na sala de quimioterapia são boas tanto para os pacientes, quanto para os funcionários. “A música acalma o ambiente, além de preencher o tempo do pa-

ciente, que pode ficar ocioso. É uma forma de desligar a pessoa da doença, do soro e do medo”, relata Aldair.

Dentro do Centro Multiprofissional do Idoso no HUB, o regente Sérgio Kolodziey faz um trabalho que, segundo ele, é “sagrado aos pacientes”.

Todas as terças e sextas e em caráter voluntário, Sérgio Kolodziey leva o violão e um caderno de músicas ao hospital e canta junto com os pacientes que sofrem de Alzheimer, que formam o Coral Conviver. De acordo com o regente, que trabalha há oito anos no projeto, o som e a melodia tem uma força positiva que desperta alegria nos pacientes. “Quando as canções mexem com o passado dos pacientes, acabam por agir como se tivessem 20 anos novamente. É incrível”, afirma Sérgio Kolodziey. ■

MUSICOTERAPIA E MÚSICA NOS HOSPITAIS

Música em hospital é diferente de musicoterapia aplicada à saúde. O musicoterapeuta Claudio Fialho explica que a principal diferença entre as duas práticas é que a primeira é uma apresentação de uma via, em que a banda ou o cantor traz a música aos pacientes com o intuito de distrair os pacientes e alegrar o ambiente. Já a segunda é mais complexa, pois é uma interação, em que o musicoterapeuta usa estímulos musicais para prevenir ou tratar doenças. “A musicoterapia está mais preocupada com a evolução dos pacientes”, esclarece.

Cláudio Fialho alerta, entretanto, que a música no hospital pode ter um efeito negativo no paciente, aumentando seu estresse. O musicoterapeuta não desestimula as apresentações em hospitais, mas lembra que é preciso atenção aos objetivos diferentes das duas práticas. “Música no hospital serve para o entretenimento, já a musicoterapia abre portas para outras aplicações”, diz.

DÁ LICENÇA?

AS PERIPÉCIAS DE PIRULITO

Lucas Ludgero

No canto direito de uma lanchonete modesta da quadra 13 do Setor Leste do Gama, um senhor rechonchudo com camiseta da Seleção Brasileira se destaca entre as mesas e cadeiras vermelhas de plástico. Ele acompanha o noticiário do dia enquanto toma suco de laranja. Minha chegada inesperada o assusta. Após me apresentar, o homem acostumado a lidar com a imprensa e a estampar capas de jornais, alarga um sorriso e me convida para sentar.

Depois de saber o motivo da minha visita, Palhaço Pirulito, ou José dos Santos Cavalcanti, de 49 anos, corre até a quitinete simples em que mora e volta com uma pasta que não sei dizer se é amarela por conta do tempo ou se é mesmo a cor original. Nela, ele guarda os registros expostos em revistas, jornais e até um livro em que foi capa. Símbolo da torcida do Gama, tem um hino em sua homenagem: “ito, ito, ito, palhaço Pirulito”. Com passagens pelos principais meios de comunicação brasileiros, me mostra, orgulhoso, a capa do jornal *O Globo* de novembro de 2008. Nela, aparece sorteando os ingressos para o jogo de inauguração do novo estádio da cidade, o Bezerão.

E não para por aí, Pirulito foi notícia em julho deste ano na *Revista do Correio*. Foi eleito pelo leitor do jornal como uma das figuras importantes da cidade, ao

lado de personalidades também conhecidas, como o poeta Nicolas Behr. Mas o maior feito do palhaço nessa relação com a imprensa é estampar a capa de um livro do chargista Chico Caruso, publicado em 1993.

A obra, intitulada “Itamar: modos de usar”, reúne charges em que o ex-presidente do Brasil Itamar Franco é destaque e foram fruto de publicações no *O Globo* entre 1992 e 1993.

Pirulito foi parar na capa do livro após uma foto que tirou com Itamar Franco na Praça dos Três Poderes, em 1993. Ele conta como tudo aconteceu: “Um segurança já sabia o quanto eu queria conhecer o Itamar, daí ele me chamou e disse que ele passaria por ali, pedi para ultrapassar a segurança e ele deixou”. A foto foi estampada nos principais jornais brasileiros do dia seguinte e foi transformada em charge pelas mãos de Caruso, que a escolheu como capa do livro. Irônico, o chargista põe o ex-presidente pedalando um monociclo, o palhaço ao seu lado, e uma frase logo abaixo: “Oi, colega”.

Antes da fotografia com Itamar Franco, o palhaço Pirulito já havia tietado também o ex-presidente Fernando Collor de Melo. “Eu ficava em frente ao Palácio do Planalto, mas nem sabia quem era ele. Só queria ver quem era esse primeiro presidente que ia tomar posse”, lembra. Dormiu em frente ao monumento para esperar a posse e não perder nada. Enquanto todos subiam a rampa normalmente, ele não conteve a alegria e decidiu subir fazendo cambalhotas. “Estava muito feliz, foi uma alegria muito grande”, relembra. Nas imagens que registraram a posse do então presidente, lá estava o palhaço descendo a rampa junto com a multidão. Toda essa visibilidade era apenas um sonho do jovem potiguar de 18 anos. Pirulito queria ser ator de televisão. Depois que deixou a cidade natal, São Rafael (RN), em 1984, a vontade de trabalhar na tevê só aumentou. Um tio o levou para o Goiás, mas para trabalhar em uma lavoura. Além da mãe, do pai e dos irmãos, o jovem também deixou para trás seu sonho: “Deus, por certo, não quis que eu ficasse em novela”, acredita. Após dois anos no estado do Goiás, o jovem veio para Brasília, especificamente para o Gama. Na cidade começou a sua carreira de palhaço e faz isso há 28 anos.

Pelas ruas, além do sorriso, que apesar de falho, irradia alegria, ele carrega



Nara Menezes

consigo miudezas para

venda: algodão doce, picolé e os famosos estalinhos, um tipo de bombinha para crianças. Os preços variam. “Você pode levar um algodão doce por R\$ 2, uma caixa de estalinhos por R\$ 3 ou um picolé por R\$ 1,50.” Nos fins de semana o palhaço também vende balões, mas aí é preciso desembolsar um valor maior: R\$ 10.

E nada parece abalar a vontade de espalhar felicidade pelas ruas de Brasília. Nem mesmo um grave acidente, e alguns meses depois, um derrame, ambos em 2012. Pirulito dirigia uma Kombi, que devido aos balões de gás que carregava, explodiu. Ele sobreviveu ao acidente, com 30% do corpo queimado (toda a cabeça, mãos e parte dos braços). Passou por três hospitais de Brasília e permaneceu em coma por três dias.

Passados três meses do acidente, enquanto se recuperava das queimaduras, sofreu um derrame. Sem poder trabalhar, contou com a solidariedade da população brasiliense e principalmente gamense. O guarda-roupa e a geladeira que tem hoje foram doações da época do acidente. Quem não podia ajudar o palhaço materialmente, ajudava emocionalmente. Nas paredes da casa simples estão espalhadas mensagens de apoio, entre elas, cartas de crianças que pediam a recuperação breve do palhaço. “Eu sou muito grato a toda a ajuda que recebi, não tinha noção da minha popularidade”, afirma emocionado.

Trabalhando normalmente desde o meio do ano passado, ele agora pode colocar seu macacão largo de linhas verticais verdes, amarelas, azuis e vermelhas e fazer o que mais gosta: pintar seu rosto com as cores do outro time do coração, o Flamengo. Pode até usar o macacão habitual, que mesmo tendo barras desgastadas, não conseguirá ofuscar a vitalidade de alguém que acredita que “mesmo que estejamos tristes, nós temos que guardar a tristeza para nós e deixar só a alegria para fora, para alegrar as pessoas”. Gente assim não pode ser esquecida. Tem que ser lembrada e comemorada.



Eduardo Carvalho

DENÚNCIA

VENDEM-SE ATES

Documentos idênticos aos da Secretaria de Saúde são

Rudá Moreira
Tainá Andrade

Uma manhã de terça-feira. Da plataforma superior da Rodoviária até o Setor de Diversões Sul, mais conhecido como Conic, autônomos vestindo coletes coloridos chamam a atenção de quem passa por ali. Oferecem serviços como compra e venda de objetos de ouro, carteira de habilitação, exames admissionais, demissionais e periódicos.

É neste cenário que alguns vendedores passam do informal ao ilegal: comercializam atestados médicos. Os documentos só deveriam ser liberados por um profissional da saúde, de forma gratuita, a quem necessita de repouso. O cliente pode negociar o valor de acordo com o número de dias que terá de folga. São anotados nome completo, data e período de folga a serem preenchidos em papel timbrado da Secretaria de Estado de Saúde do GDF, carimbado com o número de registro de um médico lotado no Hospital Regional do Paranoá (HRPA).

A prática fere quatro artigos do Código Penal e dois do Código de Ética Médica. Mesmo assim, é realizada de segunda a sexta, à luz do dia, em local movimentado e com policiais próximos. A reportagem do **Campus** investigou o caso e documentou a venda ilegal.

O ESQUEMA

Achar quem vende os atestados não foi rápido, mas foi fácil. Na primeira tentativa, em um sábado, a reportagem foi informada que os vendedores de exames médicos ficam na entrada do Conic, nos dias úteis, em horário comercial.

Na manhã de 21 de outubro, uma terça-feira, os mesmos comerciantes uniformizados, ao serem questionados, indicaram o mesmo ponto. “Não sei.

“Se for para dois dias, eu faço por R\$ 50. A data não importa, tá?”

Vera, a vendedora

Procura com as meninas lá embaixo”, sugeriu uma das vendedoras, apontando o centro de diversões. Mais à frente, o nome de uma mulher foi mencionado. “Já falou com a Vera? Ela arruma isso pra você”, indicou outra ambulante. Ao ser localizada, Vera explicou que cobra R\$ 40 por dia, mas que a pessoa responsável pela venda ainda não estava no local. Anotou o número do celular do repórter para entrar em contato.

Cerca de uma hora depois, telefonou para avisar que a pessoa havia chegado. “Me encontra na frente da farmácia.” Lá, Vera e alguém que parecia ser sua chefe – cujo nome a reportagem não conseguiu apurar – pediram que os dados do “paciente” fossem anotados em um papel. A agenciadora dos atestados já atendia a um casal. “Preenche logo o dele aí, que eu já vou levar também”, ordenou a Vera. “Bota a letra bem legível, senão chega lá e tem que voltar”, completou.

“Se for para dois dias, eu faço a R\$ 50”, ofereceu Vera. “A data não importa, tá? Mas o nome tem que estar completo”, recomendou. A vendedora também explicou qual código de doença seria colocado no atestado. “Como é um dia, pode ser uma dor de estômago, um mal-estar. Porque se colocar um CID [Código Internacional de Doenças] mais alto, aí tem que ser mais dias.” Ao final, barganhamos o valor, acertado em R\$ 30 para um dia de repouso. Vera pediu que esperássemos e desapareceu em meio à multidão.

Em menos de cinco minutos, a ambulante retornou e acenou para conversarmos dentro do prédio. Disse



Duas mulheres vestidas com anúncios de compra de ouro e exames admissionais vendem atestados médicos no Setor de Diversões Sul, ao lado da Rodoviária.

ter estado com o médico e sentenciou: “ele não aceitou fazer a R\$ 30”. Após curta negociação, foi fechado em R\$ 35. “Pode ser. Eu converso lá com ele.” Segundo ela, no preço está embutida a sua comissão.

Ao ser questionada sobre a unidade de saúde de onde vinha o atestado, Vera afirmou: “do Hospital do Paranoá. É lá que o médico trabalha, mas aí quando ele não está lá, ele está aqui.”

ENVOLVIDOS

Em nota, a Secretaria de Saúde explicou que os blocos para atestados são padronizados, confeccionados pela gráfica do próprio órgão e retirados pelo almoxarifado de cada unidade.

Entretanto, os documentos não possuem número de série para serem rastreados no caso de roubo ou furto. “Não existe controle sobre a distribuição. Pode ser impressa em casa ou, se você quiser, consigo

1 Vendedores de ouro e exames ficam espalhados na entrada do Conic todos os dias úteis



2 Questionados sobre quem vende atestados médicos, todos indicam as mesmas duas vendedoras. A negociação é feita na calçada



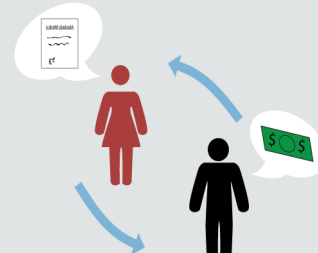
3 São estabelecidos e anotados: valores, datas e nome que serão escritos no documento



4 Uma das vendedoras entra no corredor de lojas e clínicas do Conic com o papel e some. Minutos depois, ela volta acenando para que a encontre no corredor



5 A compra é concluída ali. Ela entrega o atestado assinado e carimbado mediante o pagamento



ATESTADOS MÉDICOS

vendidos sem exame em horário comercial no Conic

ndrade

uma folha para você”, conta um médico residente do Hospital Universitário de Brasília (HUB), que preferiu não ser identificado.

Apesar disso, a secretaria ressalta que o atestado só é válido quando possui carimbo e assinatura de um médico. O atestado comprado no Conic foi legitimado por uma assinatura e pelo carimbo com o nome e o número de registro no Conselho Regional de Medicina (CRM-DF) de um médico do quadro temporário da secretaria, lotado no Hospital do Paranoá.

O **Campus** procurou o médico que, supostamente, assina os atestados. No dia 25 de outubro, um sábado, a reportagem aguardou por duas horas no hospital, durante seu plantão, previsto para começar às 13h e terminar às 7h do dia seguinte. William Alves de Souza Schwartz não foi trabalhar. O chefe daquele plantão, José Roberto Gonçalves, informou que o profissional estava no velório do avô. “Ele tem 48 horas para entregar um atestado.”

A reportagem ainda tentou entrar em contato com o médico por uma rede social, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

FALSIFICAÇÃO

O fato de o carimbo em um atestado médico falso conter o registro de um médico existente não significa, necessariamente, que o profissional esteja envolvido com a venda ilegal. Uma médica aposentada do Hospital do Paranoá, que preferiu não se identificar, conta que passou por essa situação. Ela teve carimbos e blocos de

receituário e atestado roubados de dentro do consultório três vezes. “Você vira para trás para pegar alguma coisa, quando vê sumiu tudo”, lembra. Para cada um dos furtos, a servidora da Secretaria de Saúde registrou uma ocorrência na delegacia. “Isso me livrou de maiores constrangimentos quando apareceram atestados médicos com o meu nome no carimbo.”

De acordo com a médica, o roubo nem sempre é a explicação, pois a facilidade para se falsificar um atestado é grande. Ela afirma que qualquer pessoa pode comprar um carimbo com o nome e registro de um médico.

O funcionário da Gráfica Globo Mário Valentim confirma que os dados solicitados por médicos para gravar nos

carimbos não são checados na loja em que trabalha. “A pessoa traz as informações e a gente faz de um dia para o outro. Normalmente é o médico mesmo.”

Já na empresa Catedral Carimbos, o controle é mais rígido. Os dados podem ser enviados por e-mail para a confecção do instrumento de validação dos atestados. Porém, a retirada só é feita com a apresentação do registro do médico. “Sem a carteira profissional do médico não podemos entregar. É como nós comprovamos”, afirma o funcionário Iuri Almeida.

PUNIÇÕES

O advogado Álvaro Silva afirma que quem vende o documento pode responder criminalmente. “Se for médico, é crime de falsidade de atestado médico, inscrito no Código Penal Brasileiro. Se não for, pode ser acusado de falsificação de documento particular ou falsidade ideológica”, explica.

O primeiro secretário do CRM-DF, Luiz Fernando Salinas, afirma que o órgão recebe muitas solicitações para verificar a veracidade dos atestados médicos. “Normalmente são padrões querendo comprovar se o atestado é falso. Não é necessariamente sobre venda.” Ainda de acordo com ele, qualquer denúncia deste tipo recebida pelo conselho resulta na abertura de uma sindicância. A partir disso, o prazo é de cinco anos para apurar os fatos, abrir processo administrativo e julgá-lo. As punições podem ser desde uma advertência até a cassação do

registro, variando conforme a gravidade da denúncia e a reincidência do ato.

Todas as provas coletadas pela reportagem foram entregues à Polícia Civil e ao CRM-DF. 

PELA LEGISLAÇÃO

De acordo com o advogado Álvaro Silva, os responsáveis podem se enquadrar em crimes, previstos no Código Penal:

— Se o médico assinar o documento sem examinar o paciente, configura-se falsidade de atestado médico (art. 302). Pena: detenção de um mês a um ano. Se o crime é cometido para lucrar, também se aplica multa.

— Se uma pessoa que não seja o médico indicado no carimbo assinar o documento, mas a folha de atestado for original, o crime é falsidade ideológica (art. 299). Pena: reclusão de um a cinco anos, e multa se o documento for público. Caso o infrator seja funcionário público e tenha utilizado-se da função para cometer o crime, a pena será acrescida em um sexto do tempo.

— Se a pessoa fraudar a assinatura do médico e a folha de atestado da Secretaria de Saúde, o crime é falsificação de documento particular (art. 298). Pena: reclusão de um a cinco anos e multa.

— O ato de comprar o atestado falso não configura crime, mas seu uso sim (art. 304). Pena: associada à pena de falsificação ou alteração.

RESOLUÇÃO CFM Nº 1931/2009

(Publicada no D.O.U. de 24 de setembro de 2009, Seção I, p. 90)

Capítulo X DOCUMENTOS MÉDICOS

É vedado ao médico:

Art. 80. Expedir documento médico sem ter praticado ato profissional que o justifique, que seja tendencioso ou que não corresponda à verdade.

Art. 81. Atestar como forma de obter vantagens.

EDUCAÇÃO

VOLTA ÀS AULAS

Professores com restrições médicas em colégio do Gama mostram que ainda podem fazer muito pelo ensino

Vitor Sales

Fotos: Marília Nestor

Paredes enfeitadas, lápis apontados e um sorriso de orelha a orelha para receber os alunos. É assim que Ângela Bandeira Siqueira, 47, e Maria Aparecida Alves da Cunha, 49, professoras de português e matemática, respectivamente, atendem estudantes do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 1 do Gama para aulas de reforço oferecidas pelo projeto Professores Readaptados Apoiando o Desenvolvimento do Aluno (Prada).

O Prada é o único em toda a rede de ensino do Distrito Federal a colocar profissionais readaptados para lecionar diretamente aos alunos. São professores que, por motivos como acidentes, doenças físicas e psicológicas, são impossibilitados de entrar na sala de aula.

Criada em 2013, a iniciativa que auxilia os estudantes nas matérias de português e matemática fez, entre março e julho deste ano, 439 atendimentos para mais de 119 alunos do 6º ao 9º ano. “Gosto porque elas me ajudam nas di-

ficuldades com minhas matérias. Acho que aqui elas explicam de forma mais completa e visual”, avalia a estudante do 7º ano Vitória Reis, 13.

A idealizadora do projeto, Ângela Siqueira, aponta que o preconceito dos colegas e a vontade de se mostrar útil foram as principais motivações para voltar a dar aulas. Após passar 18 anos em uma outra escola, a professora foi afastada devido a uma doença degenerativa na coluna. De volta à instituição como readaptada, ela conta como foi recebida. “Ao voltar da recuperação fui para o [setor] burocrático da minha antiga escola e passei a trabalhar muito para mostrar para mim e meus colegas que eu não era inútil. Fiquei dois anos no administrativo. Eu era muito infeliz, pois quando você é readaptada seus colegas esquecem que eles também podem ficar doentes, então eles te tratam muito mal.”

O CEF 1 do Gama é uma realidade à parte. A escola, pioneira ao colocar em prática



Vitória Reis é uma das estudantes atendidas pelo programa Prada, fundado pela professora Ângela Siqueira

uma iniciativa gerida exclusivamente por professores readaptados, não recebe nenhum incentivo do governo para manter o projeto. A coordenadora pedagógica Francisca Fonseca Beleza, 44, conta que o Prada é fruto do perfil da escola, que inclui estes profissionais no momento de pensar como melhorar o ensino dos alunos. “Não pensamos no readaptado como alguém que não vai fazer nada, pensamos nele como alguém que já contribuiu na sala de aula e pode contribuir no pedagógico e não no burocrático. Por isso eles se sentem bem aqui na escola, porque ainda estão em contato com o pedagógico”, diz Francisca.

A Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF) conta com mais de 2.668 professores readaptados, a maioria em cargos burocráticos na administração e nas bibliotecas das escolas. A biblioteca do CEF 1

do Gama é administrada por três servidoras nesta situação. Mirian Alberto da Silva, 50, foi readaptada pela síndrome do túnel do carpo – perda de movimentos da mão. Suelene de Souza Dias, 37, tem ataxia – perda de movimentos musculares. Já Maria da Assunção Ribeiro, 68, tem osteoporose na coluna, é cardiopata e possui três pontes de safena.

Para elas, a biblioteca é o melhor lugar para se trabalhar, pois as mantêm em contato com os alunos e com o dever de educar. “Praticamente todas as bibliotecas do DF são geridas por profissionais como nós. Temos muitas restrições, mas se não nos esforçarmos pelo menos um pouco para superá-las, não conseguiremos fazer nenhum trabalho. Se seguirmos a risca o que os médicos nos falaram vamos ficar sem fazer nada”, explica Mirian, que acredita no trabalho como parte de uma terapia

para superar as limitações.

FALTAM SOLUÇÕES

Atualmente, não existem ações governamentais específicas para esses professores, que acabam sofrendo discriminação. “Existem diretores que te excluem de todos os processos da escola. Não existe um setor na regional de Educação que apoie ou que ofereça apoio psicológico e médico para nós”, desabafa a professora de português Maria Aparecida.

A SEDF explica por e-mail que a ausência de políticas públicas durante décadas ocasionou a constituição de um quadro de exclusão generalizado em relação aos servidores readaptados nas diversas áreas das escolas públicas. “A ausência de uma legislação que regulamente, entre outros assuntos, o remanejamento provoca um quadro caótico na distribuição destes profissionais na rede de ensino”, reconhece a secretaria. 



Readaptadas, Miriam Silva, Suelene Dias e Maria Ribeiro encontraram na biblioteca da escola um modo de não perder o contato com os alunos

SOCIAL

ESPERANÇA NA ESTRUTURAL

Pedagoga começou sua vida em Brasília como catadora de lixo e hoje combate a violência contra as mulheres

Jamile Racanicci

“Ser mulher é perigoso por aqui”, relata Dyarley Viana, 29 anos, sobre a vida das mulheres no lixão da Estrutural. Ela veio do Pará em 2004, com ensino médio completo e um curso de técnica agropecuária. Mas, em Brasília, só conseguiu emprego como catadora, trabalho que exerceu durante sete anos. Em 2007, ela presenciou um acidente fatal que transformou sua vida. Aos 50 anos, uma colega catadora, “baiana arretada”, morreu atropelada pelo pneu traseiro de uma carreta que operava no lixão. “Os funcionários gritavam para que o motorista se desse conta do que havia acontecido, mas ele conduziu a carreta para frente e atropelou a catadora uma segunda vez”, relata.

“Você vê uma pessoa que trabalhava contigo morrer ali, no meio do lixo, no meio da lama, é muito triste”, conta, com lágrimas nos olhos. “Isso é o fim. Mas enquanto tem vida, tem esperança. E foi neste momento que eu decidi que ia voltar a estudar.” Naquele ano, Dyarley decidiu fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Em uma parada de ônibus, encontrou metade de um livro velho e surrado escrito por Paulo Freire, *A Pedagogia do Oprimido*. Mesmo sem entender direito o que fazia um pedagogo, Dyarley gostou da profissão e pediu para uma amiga pesquisar na internet quais eram os cursos de pedagogia noturnos no Distrito Federal. Aprovada no Enem, conseguiu uma bolsa integral do Programa Universidade para Todos (ProUni). Quando recebeu o resultado, estava no

lixão. “Eu saí gritando no meio do lixo.”

Como catadora, Dyarley sentia que os homens não tinham o menor cuidado com as mulheres e as desrespeitavam com linguajar muito pesado. Quando ela precisava sair mais cedo para ir à faculdade ou levava para o lixão material de estudo, as pessoas comentavam: “para com isso, menina, vai chegar em lugar nenhum, não. Catador com ensino superior?”.

Na faculdade, Dyarley chegava atrasada, precisava tomar vários banhos para se sentir limpa e às vezes dormia no ônibus o trajeto todo, até o final da linha. Lá, ela enfrentava outro problema. No início, quando perguntavam com o que trabalhava, por vergonha dizia que era desempregada, que era autônoma, qualquer coisa que não fosse catadora.

Até que aconteceu um debate na faculdade, em que alunos qualificavam os moradores da Estrutural como pessoas que pediam esmola, que passavam fome porque não queriam trabalhar. Diziam que os programas de transferência de renda do governo provocavam acomodação. Até que alguém tocou no assunto do lixão: “as pessoas só estão lá porque querem. Emprego tá sobrando por aí, mas ninguém quer se qualificar.”

Tomada pela indignação, Dyarley se levantou e começou a argumentar. “Quando eu vi, eu já estava

em pé gritando: vocês não sabem do que estão falando. Vão conhecer essas pessoas! Vamos comigo amanhã. Eu levanto todo dia às quatro da manhã pra trabalhar lá. Espero vocês na porta às seis pra conhecer o pessoal. Eu pago o material que preciso para estudar nessa faculdade com o dinheiro de lá.” Diante da perplexidade dos demais, Dyarley finalmente assumiu sua condição: “eu sou catadora, sim. E daí?”.

No último ano de faculdade, conheceu a organização onde trabalha desde que se formou, o Coletivo da Cidade, que atende crianças carentes na Estrutural e realiza atividades junto às mulheres da comunidade. Segundo ela, a maioria das crianças tem mães solteiras ou que sofrem de violência doméstica. “Violência contra a mulher acontece em todas as esferas, mas a comunidade acha que é isso: a mulher tem que obedecer. Ninguém vê como violência.”

Em geral, as integrantes do Coletivo realizam denúncias e atendem mulheres agredidas. Porém, aquelas que vivem com homens influentes na região dificilmente encontram uma saída. Dyarley conta que uma delas conseguiu sair de casa no momento da briga. Escapou para o meio da rua com o braço quebrado e o rosto espancado, mas os vizinhos fecharam as portas e se recusavam a ajudá-la, por medo. Enquanto o Coletivo a atendia, a mulher agredida fez uma confissão que Dyarley nunca esqueceu: “quem quebrou a



Breno Damascena

Dyarley ministra aulas para crianças carentes na estrutural e realiza atividades com mulheres contra violência doméstica

minha cara não foi a Estrutural. Quem fez isso comigo é quem me ama”.

No Coletivo, os profissionais trabalham para desconstruir a tolerância à violência doméstica, incentivar denúncias contra maridos violentos e mostrar que quem ama não abusa. Na esperança de proteger as mulheres contra todos os tipos de violência, professores ensinam o respeito a crianças

e adolescentes. Ao mesmo tempo, ajudam filhos de catadores a deixarem de ter vergonha do trabalho dos pais. “Ter um exemplo de alguém que saiu de lá é importante pra eles. No discurso, eu tento dizer que todo mundo consegue, mas não é tão fácil assim”, explica. Dyarley trabalha há três anos no Coletivo e, desde então, acredita que pode mudar o mundo. Pelo menos um pouquinho. ■

COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Segundo dados da Central de Cooperativas do DF (CentCoop), Brasília conta com cerca de 3 mil catadores, dos quais a maioria são do gênero feminino. Os cargos de liderança das 24 cooperativas filiadas ao CentCoop são ocupados principalmente por mulheres. Porém, segundo relatos e a CentCoop, elas ainda não têm garantias básicas, como licença maternidade, e são desrespeitadas por homens no ambiente de trabalho. A fim de organizar as catadoras em prol dos próprios direitos, a CentCoop planeja inaugurar em dezembro o Fórum da Mulher Catadora, com foco na reivindicação de pautas femininas.

UNIVERSIDADE

MAQUIAGEM À PROVA D'ÁGUA

Mesmo em funcionamento e com atividades diárias, piscinas do Centro Olímpico continuam com problemas pós-reforma

Isabella Campedelli

Fotos: Breno Damascena

Após cinco anos interditadas e três em obras, as piscinas que compõem o Centro Olímpico (CO) da Universidade de Brasília (UnB) seguem apresentando vazamentos, que eram, junto às infiltrações, o motivo de interdição, que foi lançado no laudo oficial entregue em 2009. Hoje, após as obras e por trás da boa aparência, os problemas estruturais continuam, além de comprometer a limpeza e a qualidade da água.

Assim, enquanto as atividades acontecem normalmente durante a semana e os nadadores acreditam que a estrutura é satisfatória para uso, o problema dos vazamentos revolta funcionários. O salvavidas do local, Jorge Ribeiro, e o operador de máquinas Albertino dos Reis, trabalham com as piscinas do CO, desde o início dos anos 90 e já viram várias reformas na área. Segundo Albertino dos Reis, o normal para piscinas coletivas e de grande porte como as da UnB seria que o filtro ficasse ligado 24 horas por dia, deixando a água em constante processo de limpeza e filtragem.

O que ocorre, no entanto, é que a água em processo de filtragem é jogada para fora do ciclo, em função dos vazamentos na tubulação, que acarretam perda constante do líquido que abastece o parque aquático. Com isso, traz a necessidade permanente de reposição. “Nós perdemos muita água, então não tem a menor condição de fazer o processo de filtragem por 24 horas. Deixamos mais ou menos umas oito horas por dia, que



Vazamento interno de uma das piscinas do Centro Olímpico põe em risco as atividades e atletas que treinam no local

é só o suficiente para deixar a piscina minimamente limpa,” diz o funcionário Albertino dos Reis.

Todo esse gasto revolta o

salva-vidas Jorge Ribeiro: “enquanto o planeta está secando, a universidade deixa essa água correndo o tempo todo. Não consigo aceitar.” Além dos

vazamentos, também existem outras complicações. Dos buracos de retorno da água para o recipiente, pedaços pequenos de ferro enferrujado saem

e caem no espaço aquático. De acordo com Albertino dos Reis e Jorge Ribeiro, o ferro é resultado de pedaços da tubulação anterior da piscina que não foi retirada. Mesmo sendo substituídos por uma nova estrutura de PVC, os antigos tubos de ferro ainda permanecem e poluem as águas. “Isso é resto de obra malfeita, que não foram retirados. Ficam caindo e devem ser limpos para não poluir ou enferrujar o fundo da piscina”, afirma Jorge Ribeiro.

O parque aquático, apesar desse problema de estruturação, apresenta uma estética que surpreende. Isso foi possível devido à última obra que, segundo o diretor de Obras da UnB, Henrique Pires, foi feita apenas para implementar o revestimento do parque aquático. Hoje, apesar das complicações e graças à mangueira que mantém as piscinas cheias, as atividades designadas para a área acontecem normalmente.

Segundo o prefeito do campus Darcy Ribeiro, Marco Aurélio de Oliveira, a interdição do local, em 2006, foi por causa de um vazamento de água para a própria piscina. Por isso, a obra feita foi para revestimento da estrutura do espaço. “O problema atual é nos tubos que levam ao filtro. É uma obra menor que não precisa de orçamento, nem licitação e só interdita o parque aquático por uns dois dias”, explica.

Mesmo sendo um conserto rápido, tarda a acontecer. “A prefeitura já está em contato com a diretoria de obras para planejar a ma- ➔

→ nutenção destes vazamentos. Mas estamos esperando um momento que não prejudique muito as atividades, já que o parque aquático está funcionando normalmente.”

QUEM UTILIZA AS PISCINAS?

A disciplina Natação ficou fora do currículo dos alunos de graduação em Educação Física pelos oito anos em que as piscinas estiveram fechadas, de 2006 a março de 2014. No semestre passado, com a reabertura do parque aquático, a disciplina voltou a ser obrigatória para os estudantes de bacharelado e opcional para licenciatura.

Mas a demanda às duas turmas ofertadas é grande e o número de alunos matriculados atualmente, o dobro do que o professor da disciplina, José Gustavo de Alvarenga, diz ser adequado, que seria de 25 estudantes, em média.

Devido à turma muito grande, os alunos da UnB se queixam de que o professor não consegue dar atenção a todos. No último semestre, o aluno Thiago Camilo, que pratica o esporte desde os oito anos e já competiu em nível nacional, teve que auxiliar o professor. “Nesta disciplina, trabalhamos com pessoas que nunca tiveram experiência prática na natação, por isso é importante estar perto, mas o professor não dá conta sozinho. Então ele me pediu para ajudar como uma espécie de monitor”, diz o estudante.

Quanto ao conteúdo ensinado, alguns alunos acreditam que é muito básico e deveria haver uma disciplina complementar. Molina Milanez, que se matriculou para as aulas deste semestre, explica: “A gente não vai aprender a dar treinamento de natação, mas ensinar fundamentos básicos. E eu acho que, assim como para outras modalidades aprendidas aqui na faculdade, deveria ter a opção de uma segunda matéria para aque-



Apesar do problema estrutural nas piscinas, as aulas de saltos ornamentais continuam e o treinamentos dos atletas persistem

les que querem se aprofundar mais na área”.

Apesar de básica, a falta deste curso para aqueles que se graduaram durante os oito anos em que as piscinas estavam fechadas representa um déficit na formação profissional. É o caso da ex-aluna Suellen Curcino, que se formou no segundo semestre de 2013. “Um profissional de educação física que não sabe nadar muito bem, como eu, fica incapacitado na hora de achar um emprego. Eu já recebi uma proposta para dar aulas de natação a crianças, mas deixei passar a oportunidade porque

não tinha condições de ensinar”, lamenta.

Além disso, as aulas de natação apresentam um grande problema organizacional, preocupante do ponto de vista da saúde. Em prática desportiva, a avaliação física “É importante para diagnosticar possíveis doenças que podem passar despercebidas pelo sedentarismo. Na atividade física, há sobrecarga cardíaca e os riscos para cada pessoa deve ser medido. Por isso, ter em mãos um atestado médico que comprove boa saúde é de extrema importância”, orienta o médico Fábio Lemos.

Entretanto, há uma falha no processo de apresentação dos atestados para prática da natação na disciplina. O professor José Gustavo afirma que “para frequentar as aulas, os alunos precisam levar um atestado médico na secretaria do CO, e também duas fotos 3x4 para fazer a carteirinha do parque aquático”.

Porém, quando procurada, a secretaria do Centro Olímpico afirmou que as carteirinhas são feitas somente para alunos que vão utilizar a piscina no horário livre para a comunidade interna (como estudantes professores e funcionários) e que alunos de graduação não entregam atestado médico no local destinado.

Mesmo com a afirmação de que o atestado deve ser entregue, a aluna Larrise Costa, que cursou a disciplina no semestre passado, conta: “O professor passou as primeiras duas semanas falando que ia cobrar atestado, depois nunca mais mencionou nada, ninguém levou e ficou por isso mesmo”, afirma.

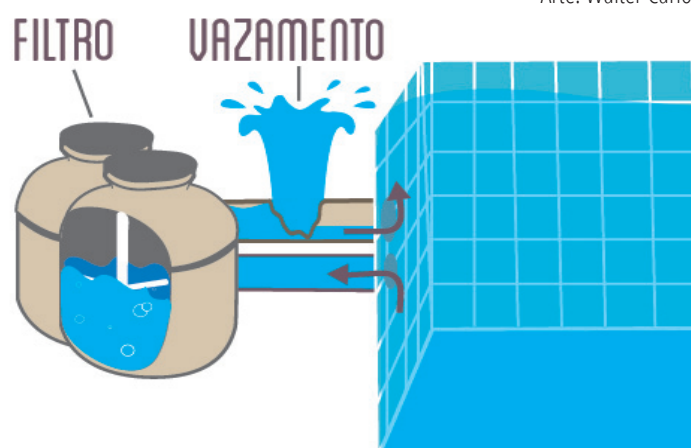
Além dessas atividades, dois projetos bem sucedidos acontecem no parque aquático do CO. O Grupo de Estudos da

Natação Especial (Genes) é um projeto que conta com três professores e alunos da Faculdade de Educação Física. Segundo o professor responsável pela ação, Alexandre Rezende, o Genes tem três grandes funções: iniciação esportiva, foco no desenvolvimento biopsicossocial e reabilitação das pessoas em habilidades funcionais para a vida diária.

Sobre a estrutura das piscinas, Alexandre Resende afirma: “Esses vazamentos não são problema para o nosso projeto, porém eu sei que isso já foi encaminhado para a prefeitura da UnB, mas ninguém veio aqui resolver”.

O outro projeto que ocorre no Centro de Excelência em Saltos Ornamentais é iniciativa do Ministério do Esporte. O objetivo da ação é treinar crianças e atletas para competições de saltos ornamentais de alto nível. O técnico Gabriel Serra afirma que “pela nossa estrutura na piscina e no galpão ao lado, que tem camas elásticas e trampolins, o Centro Olímpico da UnB, hoje, é o melhor espaço do Brasil para treinos de saltos ornamentais”.

Com toda reputação, as crianças treinam passando ao lado de um buraco aberto onde consiste no vazamento do tanque de saltos. Assim, um espaço com grande perspectiva de servir para atletas, ajudar pessoas em reabilitação e ensinar futuros profissionais, vive seus dias com complicações que podem se agravar e levar a mais anos de reforma. ■



Por causa do vazamento, a água filtrada que retorna para a piscina chega em menor quantidade. Com isso, o volume acaba por ser mais baixo do que seria o ideal

SERVIÇO

As piscinas são abertas para alunos, professores e funcionários às terças, quartas e sextas, das 12h às 14h. Para frequentá-las, basta apresentar um atestado médico e duas fotos 3x4, na Secretaria do Centro Olímpico, que fará a carteirinha do parque aquático.

ESPORTES

PAIXÃO FORASTEIRA

Torcidas organizadas de clubes fora do DF crescem na capital federal e lutam para derrubar o preconceito

Gustavo Schuabb

Nara Menezes

O Distrito Federal possui dois times com passagens pelos principais campeonatos de futebol no cenário nacional: Gama e Brasiense. Porém, ambos atravessam uma difícil fase. O Gama, campeão da Série B - a segunda divisão do Campeonato Brasileiro - em 1998, disputou a elite do futebol brasileiro por quatro temporadas. Após esse período, seguidas campanhas negativas fizeram o time cair várias divisões. Hoje, mal consegue se classificar para disputar a quarta divisão do Campeonato Brasileiro. Já o Brasiense, conhecido por seus torcedores como "Jacaré", também teve grandes atuações no cenário nacional, chegando a ser vice-campeão da Copa do Brasil em 2002, perdendo a final para o Corinthians. Disputou a primeira divisão do Campeonato Brasileiro em 2005, mas imitou o rendimento de seu maior rival, sendo rebaixado por seguidas vezes. Neste ano, perdeu a chance de voltar à terceira divisão do campeonato nacional ao ser eliminado pelo Brasil de Pelotas (RS).

Rendimentos tão ruins fazem com que o torcedor do Distrito Federal não se sinta representado pelos clubes. Segundo dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), em uma pesquisa realizada no ano passado, cerca de 42% da população de Brasília afirma que não torce para nenhum time. O restante se divide entre clubes de outros estados e do DF. Um dos motivos é o fato da população de Brasília ser



Como a Mancha Verde, torcidas organizadas no DF não têm estrutura própria, reunindo-se em bares para acompanhar os times do coração

descendente de migrantes de vários estados do país. Hoje, pouco mais da metade dos moradores da cidade que se dizem torcedores de um time de futebol torce para o Flamengo, do Rio de Janeiro.

Como reflexo desse cenário, em Brasília, encontram-se sedes de dez torcidas organizadas de clubes nacionais: Mancha Verde (torcida do Palmeiras), Gaviões da Fiel (Corinthians), Torcida Independente (São Paulo), Fúria Jovem (Botafogo), Young Flu (Fluminense), Raça Rubro Negra e Torcida Jovem Fla (Flamengo), Torcida Jovem (Vasco da Gama), Máfia Azul (Cruzeiro) e Galoucura (Atlético-MG). Como "subsedes", todas têm ligação com a sede, localizada no estado de origem dos clubes.

Mas por que ser um torcedor organizado em uma cidade longe do local de origem do time? Para Ricardinho Leal, 27, presidente da Mancha Verde DF, o amor fala muito mais alto. "A ideia sempre foi juntar com outros palmeirenses e assistir aos jogos. Ser organizado é

expressar a paixão pelo clube. Não ganhamos nada fazendo isso, o clube não nos sustenta", explica Ricardinho. Glauber Andreas, presidente da Torcida Independente, vai além: "A maior motivação está nas festas das arquibancadas. O fato de ostentar orgulhosamente o nome da entidade em prol do time é lindo e maravilhoso, o ritmo da bateria empurrando seu clube pra frente, se sentir parte da vitória, parte do jogo, sem ganhar nada, simplesmente por amor", conta.

Segundo a psicóloga brasileira Fernanda Freitas, a vontade de se sentir igual a outras pessoas também é um fator relevante na hora de se juntar a uma torcida organizada. "Existe a necessidade de se sentir próximo ao time, no caso dos moradores de Brasília. E a questão da identidade, já que todos ali têm a mesma coisa em comum, que é o time."

Contudo, o preconceito com as organizadas ainda é muito forte no Brasil. Não sem razão. Só em 2012, segundo dados do Ministério da Justiça, 17

pessoas morreram em decorrência de confronto entre torcidas organizadas no país. O número representa quase a metade do registrado em uma década. Entre 1999 e 2008, foram 42 óbitos. Para as três torcidas organizadas que aceitaram conversar com a equipe de reportagem do **Campus** (Mancha Verde, Torcida Independente e Galoucura), esse é um dos fatores que dificulta conseguir um número maior de membros nas agremiações.

Apesar desses casos, Glauber Andreas acredita que não é possível generalizar. "Quando acontece fora do estádio, apesar de redundante dizer, são sempre meia dúzia que acabam fazendo besteira, e a fama vai para toda a torcida."

OUTRO OLHAR

Para tentar mudar esse quadro, uma saída encontrada pelas organizadas são os trabalhos sociais. A Galoucura, segundo Daylon, presidente da agremiação, investe em doação de agasalhos e ação solidária no dia das crianças. Já Glauber Andreas afirma

que os membros da Independente organizam-se sempre para doações de sangue. A Mancha Verde abraçou o menino Lucas Neres em 2010, na época com 13 anos, palmeirense fanático. Lucas sofre da doença bronqueolite obliterante, resultante de um vírus que inutilizou um pulmão inteiro, fazendo-o respirar com apenas 30% do outro, com ajuda de um tubo de oxigênio. Como a dieta especial do garoto era muito cara, os integrantes da Mancha Verde ajudaram com doações de suplementação alimentar específica para sua dieta, negando-se a receber doações em dinheiro.

Hoje, o garoto precisa ir ao Canadá, em um hospital referência no mundo em transplante de pulmão. A organizada mudou de ideia e começou a pedir doações em dinheiro para tornar a cirurgia possível. "Ainda não conseguimos todo o valor, mas qualquer ajuda é válida", relata Ricardinho. Segundo ele, essas atitudes podem fazer a diferença. "Acredito que com essa mentalidade, podemos fazer das sedes das organizadas um local mais propício para toda a família." 

CIÊNCIA

UMA DROGA PARA O AMOR

Cientistas propõem o uso de remédios para curar a paixão e tema gera debate sobre a ética por trás da nova tecnologia

Julia Lugon

Ah, o amor! “Porque a vida só se dá pra quem se deu, pra quem amou, pra quem chorou, pra quem sofreu”, como já dizia o poeta Vinícios de Moraes. A tristeza vinda de um relacionamento fracassado não é nenhuma novidade – mas agora pode ter fim. Um grupo de pesquisadores em neurociência, psicologia comportamental e psiquiatria da Universidade de Oxford, na Inglaterra, propõe o uso das chamadas drogas do amor, capazes de ajudar a reconstruir um romance ou impulsionar o término da relação. Alguns medicamentos já estão disponíveis, outros, em fase de estudo. Mas, até que ponto é possível tratar o amor como algo curável?

O americano Brian Earp é um dos pesquisadores do Centro Uehiro de Ética Prática da Universidade de Oxford e estuda o tratamento de sentimentos. Ele afirma que o amor é, em parte, resultado de processos neuroquímicos encarregados da reprodução da espécie humana. Sendo assim, é possível intervir nesses processos com ajuda de remédios. “Não acredito que teremos uma pílula mágica que você toma e, de repente, não sente

mais nada por outra pessoa. Mas alguns medicamentos podem facilitar o processo do término de um namoro que está fadado ao fim ou ajudar a melhorar um relacionamento que precisa de um pouco mais de participação”, disse Earp ao **Campus**.

Para curar o amor, primeiro é preciso entendê-lo e isto não é tarefa fácil. Neurocientistas delimitam o amor em três fases: desejo, atração e apego. O desejo é a vontade de gratificação sexual, associada aos hormônios estrogênio e testosterona, e seu controle já tem solução: alguns remédios, como antidepressivos e o naltrexona, usado para combater o alcoolismo, têm como efeito colateral a diminuição da libido. O que permite o uso deles como drogas antiamor. Segundo os pesquisadores de Oxford, a droga poderia ser administrada a pedófilos e pessoas que sofrem de compulsão sexual.

Depois da vontade, vem o pensamento constante na pessoa amada. A

fixação pelo outro tem os mesmos mecanismos cerebrais do transtorno obsessivo-compulsivo (TOC). Ao tratar um apaixonado como um paciente com TOC, é possível reduzir pensamentos obsessivos pelo parceiro. O uso de remédios para essa fase, no entanto, ainda está em fase de testes.

A terceira e última fase do amor, o apego, é a mais complexa. Como fazer alguém se desapaixonar por uma pessoa específica? Reduzir a libido e controlar alguns hormônios são possíveis para a ciência. Mas tratar o apego pode acabar tornando alguém incapaz de amar qualquer ser humano. O americano Larry J. Young, PhD em psiquiatria e ciência comportamental, autor do livro *A química entre nós: Amor, sexo e a ciência da atração*, conseguiu avançar na criação de drogas que promovam o desapego ou aumentem o afeto. Em testes com ratos, Young percebeu que é possível controlar este sentimento ao regular a quantidade de ocitocina no corpo, hormônio relacionado às relações sociais e à maternidade.

“A maior dificuldade em curar o amor com a ocitocina é que ela promove o desapego para todas as pessoas”, disse Young. Para ele, a cura da última fase do amor ainda está longe, “mas estamos fazendo progressos notáveis em entender os mecanismos cerebrais relacionados ao vínculo com um parceiro”.

Para Earp, a decisão de tomar um remédio antiamor deve vir da pessoa que sofre com recomendação de um psi-



Monique Pyrrho acredita que uma droga do amor é possível, mas atenta para as complicações éticas do seu uso

quiatra e acompanhamento de um terapeuta ou psicólogo. Ele acredita que muitas pessoas poderiam se beneficiar destes medicamentos, em especial aquelas envolvidas em um relacionamento prejudicial, que têm pensamentos suicidas ou sofrem de violência doméstica. “A ideia é que elas consigam pensar de maneira mais racional com a medicação”, acredita o cientista.

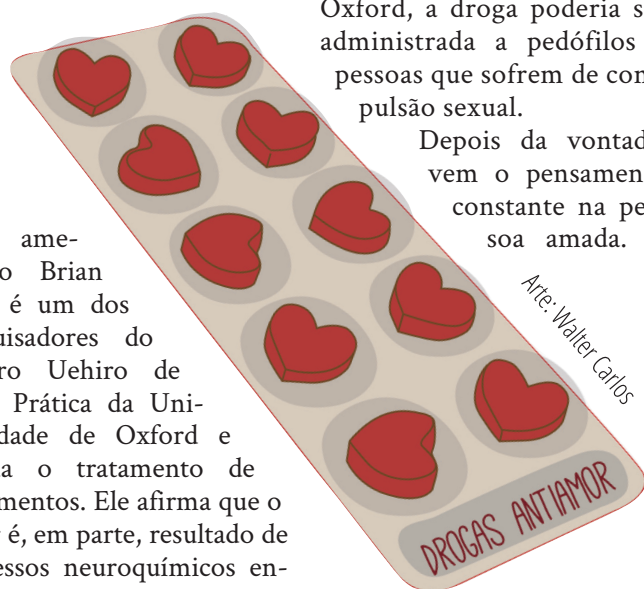
Para Fabrício Guimarães, psicólogo do Serviço da Subsecretaria Especializada em Violência e Família do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, a situação não é tão simples. “O uso da medicação deve ser feito apenas em casos específicos, sempre acompanhado de terapia e com o apoio da Justiça.” De acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, de janeiro a junho de 2014, a Central de Atendimento à Mulher recebeu 30.625 denúncias de violência.

Monique Pyrrho, mestra e doutora em Bioética pela UnB, concorda com Fabrício. Para ela, “um dos problemas de me-

dicar mulheres que sofreram violência doméstica é a culpabilização da vítima. Ela sofreu a agressão e é ela quem tem que se medicar?”, questiona.

Uma das críticas feitas por Monique aos pesquisadores de Oxford é a definição da atração como puramente biológica: “O amor está em um contexto social muito mais amplo”, diz. Segundo ela, mesmo que a mulher tome a pílula e deixe de amar alguém ela pode sofrer pressões sociais para continuar no relacionamento. “Ela pode depender do homem financeiramente ou ser reprimida pela própria mãe. Sem contar a participação dos filhos.”

Para Monique, o uso de remédios é aceitável, mas é preciso questionar todas as implicações éticas. Além disso, a dor do amor pode ser positiva. As pessoas aprendem com os erros e adquirem maturidade para estar em um relacionamento saudável. O amor toca o ser humano em vários aspectos, tanto individuais, quanto sociais. Nem a arte fica de fora. Afinal, o que seria a bossa nova sem a tristeza amorosa? 



Arte: Walter Carlos

segunda fase do amor está ligada ao sentimento de euforia, associado à adrenalina, dopamina e serotonina. Uma pesquisa feita por psiquiatras na Itália, descobriu que esta a

FOTORREPORTAGEM

SEMEANDO O SUSTENTO FAMILIAR

Ivana Carolina



Natividade Bezerra colhe morangos para participar da Festa do Morango em Brazlândia e acredita que o evento melhorou a renda da família



Marido de Natividade, Marco Antônio também trabalha na plantação. “Vendemos 20 mil pés de morango neste ano na Festa do Morango”, afirma o produtor



A agricultura familiar costuma envolver toda a família desde a infância, como é o caso de Fabiana Lucena e seus netos

Plantar, colher e vender: essa é a rotina de 5 milhões de famílias que vivem da lavoura no Brasil. De acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), a agricultura familiar – que produz cerca de 80% dos alimentos consumidos no planeta – tem capacidade para combater a fome mundial e alcançar a segurança alimentar sustentável. No Brasil, os produtores familiares são responsáveis pela maioria dos alimentos que chegam à mesa da população, como o leite (58%), a mandioca (83%) e o feijão (70%).

O setor detém 84% das propriedades rurais do país. Uma delas é gerida por Natividade Bezerra da Silva, 43 anos, e seu marido, Marco Antônio Estevão de Lima, 41. A vontade de viver da agricultura vem desde os 9 anos, quando Natividade aprendeu com seus pais a arar, adubar, semear, irrigar, cuidar e colher. “Colher é a hora que mais gosto”, conta.

Além de sustentável e prazerosa, a agricultura familiar é economicamente viável. “Dá para sobreviver tranquilamente com o que vendo”, diz a produtora. O casal vai todas as segundas e quintas à Ceasa (Centrais de Abastecimento do Distrito Federal) comercializar os produtos da plantação dos quatro hectares que administram.

Natividade e Marco Antônio vendem também os produtos de vizinhos que não têm carro e nem condições de ir à Ceasa, como é o caso da vizinha Fabiana Lucena Ferreira, 41 anos. Ela cuida de três hectares e planta maxixe, tomate cereja, ervilha e quiabo. Sozinha, consegue R\$ 1,5 mil em média por mês. “Não troco este lugar por nenhum outro na cidade”, afirma Fabiana.



A bandeja com qualquer produto é vendida a R\$ 1, já a caixa custa R\$15



Marco Antônio Lima e sua família chegam cedo à Ceasa para vender suas mercadorias



Segundas, quintas e sábados, das 5h às 9h30 acontece a feira na Ceasa. Entretanto, só nas segundas e quintas a venda é por atacado